



ARTIGOS LIVRES

Teologia moral e os 60 anos do Vaticano II: uma reflexão sobre os desdobramentos pós-conciliares no contexto brasileiro

Moral Theology and the 60th Anniversary of Vatican II: A Reflection on Post-Conciliar Developments in the Brazilian Context

Teología moral y el 60º aniversario del Vaticano II: una reflexión sobre los desarrollos posconciliares en el contexto brasileño

André Boccato Almeida¹

orcid.org/0000-0002-0547-5879
a.l.boccato@gmail.com

Lucas Raul de Faria¹

orcid.org/0009-0003-4269-2359
lucas.faria@osj.org.br

Paulo César

Nascimento dos Santos¹

orcid.org/0009-0000-5279-0663
padrepauloc@gmail.com

Recebido em: 30 jun. 2025.

Aprovado em: 19 set. 2025.

Publicado em: 19 dez. 2025.

Resumo: O presente artigo versa sobre o sentido da teologia moral na comemoração dos 60 anos do seu encerramento. No contexto dessa comemoração de grande importância, há que se refletir sobre os desdobramentos que essa área da teologia obteve com suas variações e implementações. Sabe-se que a teologia latino-americana – em particular, a brasileira – contribuiu para o avanço da ciência teológica, no que tange à metodologia e epistemologia indutiva e hermenêutica. O Concílio Ecumênico Vaticano II possibilitou a superação de uma rígida teologia moral neomanualística para uma de cunho mais personalista e voltada para as fontes. No caso brasileiro, a teologia moral se modulou mediante o retorno às fontes, mas também dentro de um contexto de variados condicionamentos socioantropológicos, que ofereceram aos teólogos um modo de fazer teologia moral mais condizente com a realidade. Nesta reflexão, será abordada essa problemática mediante três momentos. No primeiro, apresentar-se-á a teologia moral em suas nuances históricas com as grandes balizas que nortearam a reflexão. Na segunda, enfatizar-se-á o lugar do Vaticano II na evolução da teologia moral com os bastidores de renovação próprios. Enfim, no último, será abordada a embrionária reflexão teológico-moral brasileira, com suas nuances e perspectivas. O intuito deste artigo é demonstrar o desdobramento do Vaticano II, com seus frutos e suas impositões próprias, na fase de recepção em contextos não eurocêntricos. A metodologia utilizada é a hermenêutica, pois serão interpretados elementos da historiografia em teologia moral, com suas fontes e seus comentadores.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Teologia Moral. Contexto Brasileiro.

Abstract: This article addresses the meaning of moral theology in the commemoration of the 60th anniversary of its conclusion. In the context of this momentous commemoration, it is important to reflect on the developments this area of theology has undergone, with its variations and implementations. It is known that Latin American theology, and Brazilian theology in particular, has contributed to the advancement of theological scholarship in terms of inductive and hermeneutic methodology and epistemology. The Second Vatican Ecumenical Council enabled the overcoming of a rigid neo-manualistic moral theology to one more personalistic and focused on the sources. In the Brazilian case, moral theology has been shaped by a return to the sources, but also within a context of varied socio-anthropological conditioning that has offered theologians a way of practicing moral theology more in tune with reality. This reflection will address this issue in three phases. The first will present moral theology in its historical nuances, with the major frameworks that guided the reflection. The second section will emphasize the place of Vatican II in the evolution of moral theology, with its own background to renewal. Finally, the last section will address the embryonic Brazilian moral-theological reflection, with its nuances and perspectives. The aim of this article is to demonstrate the unfolding of Vatican II, with its fruits and spe-



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil.

cific implications during its reception in non-Eurocentric contexts. The methodology used is hermeneutic, as it will interpret elements of the historiography of moral theology, including its sources and commentators.

Keywords: Second Vatican Council. Moral Theology. Brazilian Context.

Resumen: Este artículo aborda el significado de la teología moral en la conmemoración del 60 aniversario de su conclusión. En el contexto de esta importante conmemoración, es importante reflexionar sobre los desarrollos que ha experimentado esta área de la teología, con sus variaciones e implementaciones. Es sabido que la teología latinoamericana, y la teología brasileña en particular, ha contribuido al avance de la erudición teológica en términos de metodología inductiva y hermenéutica y epistemología. El Concilio Euménico Vaticano II permitió la superación de una teología moral rígida neomanualista a una más personalista y centrada en las fuentes. En el caso brasileño, la teología moral se ha moldeado por un retorno a las fuentes, pero también dentro de un contexto de variados condicionamientos socioantropológicos que ha ofrecido a los teólogos una forma de practicar la teología moral más en sintonía con la realidad. Esta reflexión abordará este tema en tres fases. La primera presentará la teología moral en sus matices históricos, con los principales marcos que guiaron la reflexión. La segunda sección enfatizará el lugar del Vaticano II en la evolución de la teología moral, con sus propios antecedentes de renovación. Finalmente, la última sección abordará la incipiente reflexión teológico-moral brasileña, con sus matices y perspectivas. El objetivo de este artículo es mostrar el desarrollo del Vaticano II, sus frutos e implicaciones específicas durante su recepción en contextos no eurocéntricos. La metodología utilizada es hermenéutica, ya que interpretará elementos de la historiografía de la teología moral, incluyendo sus fuentes y comentaristas.

Palabras clave: Concilio Vaticano II. Teología Moral. Contexto Brasileño.

1 Introdução

O presente artigo versa sobre os 60 anos do encerramento do Concílio Vaticano II e a sua importante herança para o contexto teológico-moral brasileiro. A reflexão que se propõe é a de percorrer, em linhas gerais, a história da teologia moral, em sua fase pré-conciliar, conciliar e pós-conciliar, focando a contribuição específica que ela obteve no contexto brasileiro, a partir de alguns teólogos. A abordagem usada é a hermenêutica-histórica, com foco na relevante contribuição contextual brasileira para a recepção conciliar no contexto latino-americano e brasileiro.

Na primeira parte, buscar-se-á compreender a importância da teologia moral e do fato propriamente moral desde os princípios do cristia-

nismo. Ao se partir do Evangelho e da pregação querigmática da Boa-Nova, será salientado que, desse anúncio do Reino, brota uma implicação moral que se aprofundará, mediante matizes diversos, ao longo da história do cristianismo. Da patrística ao advento do Concílio Vaticano II, inúmeras impostações se erguerão como respostas conjunturais de linguagem, a partir de problemas e questões novas que se apresentarão à consciência cristã. Estas, embora fossem urgentes em épocas próprias, explicitam a necessidade de aprofundar e adequar o anúncio de Jesus Cristo em contextos amplamente complexos.

Em um segundo momento, será abordada, panoramicamente, a teologia moral no contexto das discussões conciliares e na fase posterior. Será salientado o debate em torno da renovação pedida por João XXIII, com os desafios de uma época em mutação, em diálogo com a modernidade. Além dos teólogos indicados, referências de renovação do século XX, também se mencionarão as resistências e os dilemas em torno do essencial impulso de mudança. Enfim, na terceira parte, apresentar-se-á a reflexão teológico-moral brasileira sobre a consciência e os 60 anos do Vaticano II: uma análise reflexiva de teólogos moralistas. Enseja-se destacar a contribuição de eminentes nomes da teologia moral no Brasil, com suas respectivas contribuições, no que se refere ao aspecto formativo e educativo da consciência moral. Esses autores – Libânio (1982), Moser (2014), Agostini (1990), Junges (2001) e Carlos Josaphat Pinto de Oliveira (2014) –, a partir de linhas e tradições religiosas próprias, buscaram receptionar as diretrizes do Vaticano II e de Medellín na prática teológico-moral do Brasil.

Desse modo, esta reflexão pretende realçar a importância dessa área da reflexão teológica ainda em constante processo de fundamentação teológica e maior embasamento metodológico. Ao tocar em desafios complexos, a teologia moral, na fase de pós-Vaticano II, motivou moralistas de todo o mundo a implementar a vocação dos fiéis em Cristo a partir dos dramas, das alegrias e das esperanças do tempo atual. Portanto, no contexto brasileiro, esse campo do saber teológi-

co propiciou uma retomada da experiência cristã vivida nas origens, por meio de uma dinâmica própria, em uma conjuntura ainda a ser mais bem aprofundada.

2 Teologia moral e nuances históricas: perspectivas e desdobramentos até o Vaticano II

O ser humano é histórico: ele constrói a história e é formado por ela dentro das suas possibilidades e seus limites. A teologia moral, para além de um saber teológico sistematizado, trata da resposta ética da fé em tempos diversos. Portanto, a ética cristã se apresenta como uma narrativa contextual acerca do agir cristão, cujo investigador emprega esforços para refletir sobre o projeto divino para o ser humano, revelado em Jesus, no *hic et nunc*. Considerando, pois, o teólogo como sujeito marcado pelas condições epistemológicas apriorísticas do tempo e do espaço – que comportam elementos culturais e influências filosóficas incidentes sobre a teologia –, infere-se que o movimento de edificação do saber teológico-moral é marcado por avanços e retrocessos.

O evangelho é a *norma normans* que ilumina a prática e a reflexão da Igreja. Jesus de Nazaré não apenas revela plenamente a face de Deus, mas revela, ainda, o sentido último e mais profundo do ser humano: "o mistério do homem só no mistério do verbo encarnado se esclarece verdadeiramente" (GS 22). Tal convicção constitui o ponto de partida da ética cristã nas origens da Igreja. Inicialmente, a prática cristã não é moldada por códigos morais, e sim a partir do encontro com o libertador (Gl 5,1-26). Já no Novo Testamento, aquele que adere à comunidade cristã pelo batismo é convidado a se revestir de Cristo, colocando-se em uma nova dinâmica da existência em conformidade com o Ressuscitado (Gl 3,26-27; Cl 3,1-3).

Destarte, desde os primeiros cristãos, percebe-se a interseção entre fé e ética: o seguimento de Jesus exige a *metanoia*, isto é, a adequada transformação da mentalidade e do caráter, segundo a lógica do Reino (Mc 1,15; Rm 12,1-2).

Crer, portanto, é sempre responder com a vida ao dom da fé. No registro das primeiras gerações de cristãos, a práxis não se reduz à mera obediência, pois é um desdobramento da configuração ao Cristo vivo.

No período patristico, a proclamação querigmática ultrapassou os limites do judaísmo e foi levada ao mundo greco-romano. Esse processo de inculturação exigiu um duplo esforço: exegetico e hermenêutico. O esforço exegetico se refere à busca de refletir e apresentar os grandes mistérios da vida de Jesus; enquanto isso, o esforço hermenêutico trata da particularidade do agir cristão diante do contexto vital. A teologia moral que se esboça nesse período emerge não como um sistema normativo, mas como reflexão existencial fundamentada nas Sagradas Escrituras e na filosofia helenística, especialmente no platonismo e no estoicismo.

A partir dos comentários bíblicos, os padres da Igreja delinearam uma ética do seguimento de Jesus Cristo: na esteira do Novo Testamento, o batismo não se esgota no aspecto ritual de inserção na comunidade, visto que é adesão existencial ao projeto divino sobre o humano revelado em Jesus. Tal adesão se manifestaria na busca da perfeição alcançada pela prática das virtudes, sobretudo a caridade. Nesse período histórico, a catequese e a homilia têm uma função imprescindível na formação da consciência (Moser, 2014, p. 45). A preocupação dos autores se centrava, então, no anúncio da boa-nova – anúncio esse que propunha uma vida nova, inspirada pelo Evangelho e sustentada pela graça divina.

Santo Agostinho se destaca entre os autores do período patristico. Algumas vezes acusada de pessimista, a perspectiva agostiniana se situa no limite entre a graça e a liberdade. O bispo de Hipona realçou a lei natural enquanto caminho pelo qual Deus guia a consciência da pessoa para o bem. O centro do seu pensamento moral está no amor redimido por Cristo, que se direciona a Deus e ao próximo (Haering, 1979, p. 43-45). O pensamento de Agostinho é desafiador ainda hoje, no que toca à reflexão sobre os limites da natureza humana, sem perder de vista o critério

ético da centralidade do amor redimido.

O período medieval foi marcado por uma grande sistematização da teologia moral. Protagonizado por muitos teólogos importantes – como São Boaventura e Duns Scotus –, realça-se a importância de Tomás de Aquino na edificação da ética cristã (Almeida, 2024). A teologia moral do doutor angélico está fundada na *syndéresis*: o hábito natural pelo qual a pessoa tem autonomia e busca pela própria racionalidade da verdade moral. Trata-se da fonte da vida moral e do conhecimento que orienta o intelecto. A consciência, por sua vez, é entendida pelo aquinate como o ato que permite a aplicação de uma cognição à ação (Almeida, 2024, p. 87-90).

A teologia moral de Tomás, na síntese entre fé e razão, afirma a autonomia responsável do sujeito diante das suas circunstâncias. Desse modo, Tomás de Aquino se afasta de um objetivismo rigorista, que ignora o sujeito, bem como de um subjetivismo indiferente, que ignora a verdade objetiva. Antes, a centralidade da consciência e da virtude da prudência oferece a integração entre a verdade objetiva e a responsabilidade subjetiva da pessoa. No entanto, há de se considerar que o pensamento tomista foi empobrecido, posteriormente, por reducionismos, privilegiando mais a estrutura normativa do que a experiência ética.

O supracitado processo de enfraquecimento do pensamento teológico-moral tomista se deu, em parte, pela influência do nominalismo, que se tornou um ponto de inflexão na teologia católica (Santos, 2022, p. 680). Elaborado por Guilherme de Ockham (século XIV), o nominalismo se fundava na negação real dos universais – como a justiça, a bondade e a natureza humana. Consequentemente, a lei moral se fundaria na vontade absoluta de Deus, cuja autoridade se impõe por mandamento. Assim, a teologia moral passa da incorporação ao projeto de Jesus Cristo, por meio da prática das virtudes, para se reduzir ao cumprimento de normas objetivas. O paradigma, aos poucos, torna-se o canônico, deslocando o eixo da vida moral para a conformidade externa com a lei.

No século XVI, na Universidade de Salaman-

ca, emergiu um movimento intelectual, sob a liderança do dominicano Francisco de Vitória. Ao assumir a cátedra de teologia, Vitória demonstrou abertura ao humanismo teológico, atenção às críticas do nominalismo e sensibilidade diante dos novos desafios trazidos pelas grandes navegações. Inspirado por ele, houve um resgate criativo do tomismo, até então marginalizado na academia, de modo que a Suma Teológica de Tomás de Aquino foi gradualmente assumida como referência principal em questões morais. Nesse contexto, a escola de Salamanca promoveu um avanço ao rearticular a teologia moral frente aos dilemas ético-políticos da modernidade nascente, como a colonização das Américas, a condição dos povos originários e o surgimento do capitalismo (Aragão, 2021, p. 135). O pensamento teológico-moral salmanticense se tornou uma ponte entre a herança medieval e as exigências do mundo moderno, reinterpretando a tradição tomista a partir dos mandamentos e da lei natural, entendida como expressão da racionalidade ética inscrita na criação e normatizada pelo decálogo e pela lei positiva.

O Concílio de Trento (1545-1563) foi particularmente importante para a teologia moral. No contexto da Reforma Protestante e da diminuição do monopólio de autoridade social e política, a instituição católica deslocou o seu campo de influência para a vida subjetiva das pessoas. A subjetividade se tornou fórum de culpa, razão pela qual se constituiu um sistema de normas robusto, fortaleceu-se o sacramento da Penitência e se exigiu cada vez mais a disciplina eclesiástica. O poder religioso passou a atuar na consciência das pessoas, pois a Igreja detinha o poder de perdoar os pecados e interpretar a lei natural (Frecheiras, 2022, p. 100).

As *Institutiones Theologiae Moralis*, fundadas na *Ratio Studiorum* dos jesuitas, surgem com o objetivo de preparar os presbíteros para a confissão (Haering, 1984). Delas derivaram os manuais de teologia moral, que apontavam os pecados e o grau do pecado (Haering, 1984, p. 50). Sem dúvidas, os manuais tinham o seu valor para a época, dado que a formação dos padres ainda era

deficitária. Assim, o material se apresentava como um recurso seguro. No entanto, há de se notar as marcas negativas deixadas pelos manuais: a desvalorização da consciência enquanto instância de decisão do sujeito; a ênfase na autoridade religiosa; e a priorização do método dedutivo, pelo qual a lei natural ditava normas eternas para todas as pessoas independentemente das suas circunstâncias pessoais, sociais e históricas. Consequentemente, a teologia moral prescindiu da fundamentação bíblica e teológica para se orientar e se restringir à solução de casos de confessionalismo. Tal perspectiva de uma moral centrada no cumprimento de obrigações moldou – e ainda molda – o imaginário ético dos cristãos. Todavia, cabe questionar: que tipo de cristianismo emerge quando a obediência cega substitui a consciência? O preço pago por tal abordagem foi o distanciamento entre o Evangelho e a vida.

Na modernidade, houve, então, uma espécie de distinção epistêmica da teologia moral entre o campo teórico e prático. Com relação à teoria, os autores se debruçaram sobre a relação entre a ética e a lei natural, isto é, os critérios reguladores da vida moral em resposta à subjetividade moderna. Já no campo da prática, os casos particulares foram levados à universidade, que discutia a aplicação aos casos particulares: trata-se da casuística (Frecheiras, 2022, p. 102).

A casuística recolocou a consciência no centro de discussão da teologia moral no intento de solucionar os dilemas éticos cotidianos. Esse período produziu sistemas morais diversos, dentre os quais se destacam o tuciorismo e o probabilismo, em uma linha mais rígida da aplicação do sistema estático de leis; o probabilismo, mais atento ao caráter dinâmico da história e respeitoso à liberdade criativa da consciência reta; e o equiprobabilismo, fundado por Santo Afonso Maria de Ligório (1696-1787), que defendia a capacidade do sujeito de fazer escolhas livres e responsáveis a partir da interiorização da lei. Trata-se de uma proposta em vista de equilibrar rigorismos e laxismos. Portanto, a novidade de Santo Afonso, em meio às querelas dos sistemas morais, está na primazia da capacidade de dis-

cernir a sua vida moral.

No século XX, a Igreja foi provocada a uma renovação, a partir de apelos tanto internos quanto externos. Após a Segunda Guerra Mundial, ecoou pelo mundo uma grande solicitação humanista. Na realidade interna, os movimentos litúrgico, bíblico e querigmático apelavam por uma renovação eclesial e teológica. A escola de Tübingen foi um ambiente no qual efervesceu a renovação teológica, que se esforçava por oferecer uma síntese da vida cristã, considerando o ser humano de forma integral (Vereecke, 1992, p. 838).

No âmbito da teologia moral, vários teólogos se debruçaram sobre a construção de um sistema de reflexão mais próximo da vida cristã, com o intuito de ser fiel ao batismo recebido. Dentre eles, destacam-se Bernard Haering, CSSR (1912-1998) e o cardeal John Henry Newman (1801-1890). Assim, é pavimentado o caminho que possibilitará o advento do evento eclesial mais importante daquele século: o Concílio Vaticano II.

3 O Concílio Vaticano II e a teologia moral nos bastidores das discussões: conflitos, consensos e síntese

O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um dos momentos mais marcantes na história recente da Igreja Católica, com uma contribuição significativa e decisiva para a teologia moral. Entre as metas principais desse concílio estavam a revitalização da vida eclesial e uma análise mais cuidadosa dos "sinais dos tempos" (GS 4), com o objetivo de fomentar uma atualização (*aggiornamento*) que atendesse aos desafios modernos.

A teologia moral – até então marcada por uma abordagem manualista e casuística – também passou por revisão no contexto conciliar. A necessidade de superação do modelo medieval era evidente para muitos teólogos engajados na preparação do concílio. Desde os anos 1940, vozes como Haering (1984), Franz Böckle (1981), Josef Fuchs (1983) e Louis Janssens vinham propondo uma rearticulação da teologia moral, mediante uma fundamentação mais antropológica, pastoral e escriturística. Bernhard Haering (1984, p. 49) chegou a afirmar que "a teologia moral anterior

ao Concílio estava muito afastada do espírito evangélico e próxima de um legalismo que ofuscava a liberdade cristã e a atuação do Espírito".

Dentro das aulas conciliares, os peritos desempenharam um papel fundamental na reorientação da teologia moral. O supracitado Haering (1984, p. 57) foi um dos mais influentes, atuando diretamente na comissão preparatória e na revisão de documentos. Ele defendia insistentemente uma teologia moral que fosse pastoralmente eficaz, enraizada na Palavra de Deus e próxima da experiência humana concreta. Em sua obra fundamental, *A lei de Cristo*, ensina que a moral cristã deve ser vivida a partir da fé, da esperança e da caridade, superando uma moral baseada exclusivamente em preceitos externos. Essa perspectiva personalista-cristológica abriu espaço para uma teologia moral que considerasse a complexidade da existência humana, as ambiguidades da história e os dramas da consciência.

Outro nome de grande relevância no contexto conciliar é o de Franz Böckle (1981). Ele acreditava na ética cristã situada cultural e historicamente, afirmando que a aplicação das normas morais exige um discernimento prudencial. Para Böckle (1981), a moral cristã não poderia ser reduzida a uma ética de deveres abstratos, dado que ela é sempre situada, relacional e inspirada no amor de Cristo.

O desfecho das discussões conciliares acerca da moral, embora não formalizado em um único documento, representou uma verdadeira mudança de paradigma. A moral normativa e jurídica deu lugar a uma moral mais bíblica, comunitária, dialogada e orientada para a vocação. Fuchs (1983, p. 204) resumiu essa mudança: "o Concílio não só reformulou princípios, mas também introduziu uma nova sensibilidade ética fundamentada na dignidade humana, na liberdade e na escuta da Palavra de Deus". Nesse sentido, os princípios fundamentais da renovação teológico-moral do Concílio Vaticano II foram incorporados, sobretudo, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e no Decreto *Optatum Totius*.

A *Gaudium et Spes* ofereceu um dos maiores legados do Vaticano II para a teologia moral ao

reafirmar a dignidade da consciência humana como voz interior de Deus: "No íntimo da consciência, o homem descobre uma lei que não é ele quem dá a si mesmo. [...] A consciência é o núcleo mais secreto do homem, o santuário onde ele está a sós com Deus" (GS 16). Essa retomada do papel da consciência reaproxima a moral cristã da tradição patrística e tomista, especialmente da noção de *synderesis* de Tomás de Aquino. Com essa definição, o concílio provocou uma revolução copernicana, no sentido de lançar as bases para uma nova compreensão do agir cristão pautado na liberdade responsável, assim como foi fundamentado teologicamente por Haering (1984) em sua obra. A consciência moral, portanto, deixa de ser meramente um "juiz externo" da lei objetiva e passa a ser entendida como espaço de escuta do Espírito e discernimento responsável. Essa visão se distancia do modelo jurídicista, que reduziu a moral a um sistema de proibições e pecados.

Há, ainda, outra contribuição importante da *Gaudium et Spes* para a teologia moral. Seu próprio título já indica a nova postura da Igreja diante do mundo: não mais de condenação ou fuga, mas de diálogo, escuta e solidariedade. Os padres conciliares desejaram uma Igreja capaz de "compartilhar das alegrias e esperanças, das tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem" (GS 1). Essa atitude eclesial abriu caminho para o surgimento de uma moral social sensível aos desafios contemporâneos: justiça social, desigualdade econômica, dignidade do trabalho, paz mundial, promoção dos direitos humanos, entre outros.

A teologia moral deixa de ser apenas um exercício individual de perfeição e passa a interpelar a comunidade cristã pelo compromisso social. É necessário que se compreenda a moral cristã a partir da realidade dos pobres, pois é neles que se manifesta a verdade vinda de Cristo. Se assim não for, corre-se o risco de a moral cristã ser abstrata e ideológica.

O decreto sobre a formação sacerdotal, *Optatum Totius*, por sua vez, foi explícito ao exigir que a teologia moral deixasse de ser vista ape-

nas como uma aplicação normativa da teologia dogmática. O documento propôs que a moral fosse compreendida como reflexão viva sobre a vocação cristã à santidade, à luz do Evangelho e da dignidade da pessoa (OT 16). Essa proposta provocou uma série de reformas nos currículos dos seminários e das faculdades de teologia, com o fortalecimento de disciplinas como a Ética Fundamental, a Bioética e a Moral Social, além da reaproximação com os estudos bíblicos e antropológicos. Desse modo, o código legal devolve seu lugar ao Evangelho de Jesus Cristo.

Portanto, a partir desses dois documentos conciliares, a teologia moral resgatou sua inspiração cristocêntrica. O agir moral não é mais visto primariamente como obediência a um código, mas como resposta ao chamado de Cristo. Nesse sentido, a moral é entendida como seguimento (*sequela Christi*), que se traduz no amor a Deus e ao próximo (Jo 13,34). Essa mudança de eixo implica um deslocamento do enfoque normativo para um enfoque vocacional: viver moralmente significa se tornar discípulo de Jesus no contexto concreto da história.

A moral renovada, oriunda do Vaticano II, destaca a pessoa humana, com sua liberdade e capacidade de discernimento, sempre receptiva à graça e ao diálogo com a Palavra. A teologia moral assume, assim, as linhas de uma resposta histórica e concreta à vocação cristã, integrando fé e vida, doutrina e experiência. O que se iniciou com o concílio foi uma volta às fontes vivas da moral cristã, especialmente às bem-aventuranças, à espiritualidade evangélica e ao *ethos* do seguimento de Jesus.

Esse retorno influenciou fortemente o estilo das novas obras teológico-morais, que passaram a apresentar menos estruturas jurídicas e mais narrativas cristológicas e eclesiais. A tradição, que antes se expressava prioritariamente através de preceitos normativos e categorias jurídicas, passa a dialogar com outras fontes: a Sagrada Escritura, a realidade humana concreta e a história. Trata-se de uma moral não apenas normativa, como também narrativa e discernente, marcada pela presença de um Deus que caminha com seu povo.

As mudanças conciliares não se eximiram de tensões. Em muitos ambientes, houve resistência por parte de setores que temiam uma relativização da doutrina moral. A crítica se concentrava no que se chamava de "moral da situação". Acusavam-se os teólogos renovadores de negligenciar a objetividade da lei natural e o magistério tradicional. A carta encíclica de João Paulo II (1993), *Veritatis Splendor*, será uma resposta posterior a essas preocupações, tentando reafirmar limites objetivos à liberdade moral, mesmo dentro de um paradigma renovado. No limite entre a exigência de atualização e o receio conservador por rupturas teológicas, João Paulo II afirmou que "a moral cristã deve permanecer fiel à verdade objetiva do Evangelho, ainda que seja chamada a encarná-la de forma nova nas realidades contemporâneas" (VS 113).

Entretanto, como afirmou Bernard Haering (1984, p. 61), "a renovação da teologia moral não consiste em jogar fora o passado, mas em reinterpretá-lo à luz da Palavra viva de Deus que fala hoje". Esse processo de ressignificação é o que permite, ainda hoje, continuar colhendo os frutos do Vaticano II, especialmente em contextos culturais diversos, como o brasileiro, em que as questões sociais, políticas e religiosas demandam uma moral contextualizada e encarnada.

Portanto, pode-se concluir que o Concílio Vaticano II representa um ponto de inflexão para a teologia moral. Passou-se de uma ciência normativa voltada ao confessorário para reflexões mais abertas aos dilemas modernos, diante do pluralismo cultural e dos condicionamentos histórico-sociais, especialmente nos contextos não europeus, como no Brasil. O protagonismo da consciência, a centralidade da pessoa, o retorno às fontes bíblicas e o engajamento social marcam esse novo momento.

4 A reflexão teológico-moral brasileira sobre a consciência e os 60 anos do Concílio Vaticano II: uma análise reflexiva de teólogos moralistas

A teologia moral, no contexto brasileiro, ao longo do período de recepção histórica do Con-

cílio Vaticano II, passou por algumas evoluções, provenientes das próprias condições sócio-históricas da peculiar história da Igreja no Brasil. Com o término das sessões do concílio e do período de aplicação dele nas igrejas particulares em todo o mundo, iniciou-se, nas conferências Episcopais, um desejo de renovação nos seminários e nas casas de formação. Esse clamor também ocorreu em terras latino-americanas e brasileiras.

No contexto europeu, na fase pré-conciliar e conciliar, a teologia moral foi precedida por um movimento renovador denominado de "moral renovada". Apesar de ela ter sido bem acolhida no continente latino-americano, através dos manuais de Haering, ela se mostrou insuficiente para responder às demandas das questões morais próprias dessa cultura em ebulição (Rejón, 1990, p. 273).

Embora os temas relacionados à teologia moral fundamental tenham ficado à margem e em uma certa dependência da evolução dos outros temas gerais da teologia, isso não significou a estagnação da reflexão, mas, ao contrário, um amadurecimento mais lento, porém consciente. A aproximação do fazer teologia junto às comunidades cristãs e à realidade concreta das pessoas colaborou para que o método teológico pudesse superar a barreira de uma ciência abstrata e desconectada do mundo.

No Brasil, a conexão profunda do teólogo com a realidade para fazer teologia se tornou um exercício metodológico imprescindível para a construção de uma ciência teológica moralmente saudável e responsável. Esse caminho exigiu, naturalmente, um diálogo maior com o conjunto dos saberes, como era o intento da moral renovada, todavia com a diferença de que agora a metodologia exigia que fosse a práxis o ponto de partida e a chegada do círculo hermenêutico (Hoepers, 2015, p. 51).

A tonalidade da teologia moral dada no Brasil advém mais diretamente de Medellín (1968) do que do Vaticano II isoladamente. Sabe-se que Medellín foi marcada por um contexto histórico

muito peculiar. Ele teve como objetivo principal aplicar as diretrizes do concílio no contexto de mudanças pelas quais passava a América Latina. O desafio era fazer uma reflexão com toda a Igreja da América Latina a partir do Vaticano II. Era um momento de renovação eclesial, que impulsionava, também, uma formação social. A teologia moral latino-americana com Medellín e, de modo particular, a brasileira assumiram a originalidade metodológica, propondo uma "educação moral libertadora como meio de conscientização, para que a pessoa chegue a ser verdadeiro sujeito e agente solidário no processo coletivo de libertação" (Rejón, 1990, p. 65).

Diante dessa conjuntura latino-americana, no Brasil, podemos considerar ao menos cinco teólogos² que contribuíram para o desdobramento da teologia moral, especialmente no campo da moral fundamental sobre a consciência e sua relevância no aspecto formativo. São eles: João Batista Libânio (1982); Antônio Moser (2014); Nilo Agostini (1990); José Roque Junges (2001); e Carlos Josaphat Pinto de Oliveira (2014). Esses cinco teólogos brasileiros contribuíram, cada um a seu modo, para um aprofundamento da teologia moral, com base em suas visões de recepção do Vaticano II e de Medellín.

O primeiro, João Batista Libânio (1982, p. 13-14), jesuíta e doutor em teologia dogmática, elaborou pequenos cadernos formativos para leigos em Belo Horizonte, cujo objetivo era o de auxiliá-los na leitura da realidade, mediante a hermenêutica da Palavra de Deus. Segundo ele, é necessário superar os extremos na leitura do mundo e da Escritura, já que a Escritura oferece à consciência moral do cristão uma proposta de segurança interior frente às difíceis propostas exteriores, conduzindo à confusão na liberdade.

Para ele, que viveu no contexto da ditadura militar, a consciência tinha que estar a serviço de uma conscientização e criticidade, diante do poder domesticador de um regime autoritário. O processo de consciência crítica é um mecanismo polissêmico e dinâmico no qual o ser humano,

² Obviamente que há inúmeros teólogos que poderiam ser citados, como: Márcio Fabri dos Anjos e Bernardino Leers. Contudo, optamos por aqueles que sistematicamente trataram diretamente sobre o tema da consciência moral e de sua formação.

envolvido totalmente em relações fundamentais (Libânio, 1982, p. 23) e não em um simples esquema mental, vivencia lentamente e criticamente essas tensões na relação com si próprio e com o objeto externo a ele mesmo.

No que tange à experiência de Deus, Libânio (1982) a considera dentro desse lento amadurecimento da dimensão moral pela consciência crítica. Segundo ele, quando a pessoa, com sua visão tolhida, descobre a subjetividade, como fonte de valor, verdade e bem, sente, em um primeiro impulso imprevisível, o movimento de rejeição dessa transcendência. Ela lhe aparece como fonte de alienação. Nesse contexto, compreende-se o grito de "morte de Deus". A tensão entre a descoberta do primado do sujeito e a transcendência não se resolve, em muitos casos, em uma nova reinterpretação da própria transcendência, e sim em sua negação (Libânio, 1982, p. 68). É nesse itinerário de descoberta de si e de Deus que a consciência vai se libertando, aprofundando sua experiência moral e arraigando sua liberdade no Deus de Jesus Cristo.

O segundo teólogo é Antônio Moser, que escreveu em coautoria com Bernardino Leers. Franciscano (1987) menor e doutor em teologia moral, redigiu sua obra, bem conhecida, *Teologia moral: impasses e alternativas*, em um contexto posterior ao de Libânio (1982), mas com uma grande contribuição no horizonte de uma maior explicitação do sentido da consciência moral.

Moser (2014) contribuiu para o debate da teologia moral, no que tange à consciência, no seu aspecto pedagógico. Este indica o fato de que existiam multidões marginalizadas de analfabetos que desafiavam tanto os antigos como os novos métodos pedagógicos convencionais. Para ele, urgia a necessidade, no Brasil, do despertar de uma nova consciência social, que possibilitasse o início de uma transformação das pessoas – conscientização – e da própria sociedade (Moser; Leers, 1987, p. 147).

Em sua teologia moral, que passa por uma tomada de consciência social, o essencial é a resposta que cada cristão dá a Deus no seguimento a Jesus Cristo. A educação moral e religio-

sa passa, necessariamente, por uma educação da consciência, centro da moralidade de cada pessoa. Segundo ele, de um lado, encontram-se os fariseus, conhecedores de uma revelação através da Lei de Moisés. De outro, encontra-se Cristo, que traz a revelação em plenitude. Os fariseus, zelosamente, querem impor os dados adquiridos, porém o fazem de modo autoritário, desumano e, por isso mesmo, arbitrário. O Cristo, ao contrário, deslumbra, desvela e fascina (Moser; Leers, 1987, p. 163).

Para Moser e Leers (1987, p. 147), são duas pedagogias distintas, diante de uma mensagem ao menos teoricamente idêntica. Uma é ameaçadora, burocrática e inflexível; a outra, encantadora, experiencial e compreensiva. É nessa linha de interpretação pedagógica que Moser (2014) apresenta a necessidade de uma teologia moral que leve em consideração as consciências dos cristãos e das pessoas envolvidas em um contexto a ser emancipado com o auxílio da Igreja e mediante um amadurecimento contínuo.

O terceiro teólogo, Nilo Agostini (1990, p. 100), também franciscano menor e doutor em teologia moral, buscou, da mesma forma, aproximar o desafio de formar a consciência moral com o intento formativo, no diálogo com a moral de inspiração cristã. Ainda no contexto de irradiação conciliar, no âmbito latino-americano e brasileiro, avistava na conscientização das pessoas uma forma de exercer a cidadania evangélica a serviço do ser humano.

Na perspectiva de Agostini (1990), a evangelização e a formação da consciência crítica caminham juntas. Ao buscar superar as manipulações, os condicionamentos e as ideologias que fazem a pessoa permanecer em uma dimensão infantil e de submissão, a evangelização conscientizadora permite associar o ser humano, em todas as suas dimensões, ao crescimento responsável, segundo o Espírito de Deus que atua no mundo. O homem responsável só pode ser aquele que sabe discernir, e o discernimento só pode florescer no progressivo crescimento da consciência humana para a maturidade crítica. Pode-se dizer, à luz de Agostini (1990, p. 220-221), que a pessoa conse-

que descobrir as causas de cada fenômeno que atinge sua existência e participa na obra criadora de Deus, para levá-la à perfeição, no horizonte da imagem e semelhança de Deus.

Desse modo, a teologia moral e a formação da consciência passam, necessariamente, por uma expansão de criticidade eclesial e de despertar para a vida comunitária. Segundo ele, não há uma consciência eclesial, crítica ou social separadamente, e sim apenas uma consciência, de uma pessoa, chamada a deixar ecoar a voz de Cristo em seu apelo no cotidiano e na relação com os outros.

O quarto teólogo moralista, José Roque Junges (2001), jesuíta e doutor em teologia moral, também desdobra a teologia moral na tradição latino-americana e brasileira. Segundo Junges (2001, p. 141), a consciência é fundamental na orientação moral da pessoa no seu enraizamento eclesial. O surgimento de uma autêntica opção depende da gradativa emergência de uma identidade pessoal (Erikson) e de uma consciência crítica (Paulo Freire). Esse é um caminho a ser percorrido e analisado, de forma analógica, entre o específico da teologia e o da contribuição das ciências humanas. Ambas se unem na libertação integral da pessoa.

Para Junges (2001, p. 142), é na interação entre a situação concreta (decisões particulares) e o se projetar além dela (atos profundos) que a pessoa vai se autodeterminando, a partir do projetual, e sendo constituída no situacional. Pela opção fundamental, a pessoa se conscientiza do que ela é, do lugar onde se encontra e para onde deve ir. Do contrário, quem não dá a si mesmo uma orientação de vida é moldado pelo direcionamento presente no *ethos* dominante. A pessoa, segundo ele, ao assumir essa orientação, colabora para a sua própria autodeterminação.

Todo o caminho de reconhecimento de si e do engajamento à luz da fé se dá pela consciência. Em Junges (2001, p. 176-177), ela é uma realidade complexa e profunda. Ela possui uma dimensão transcendental (teológica) e categorial (humana). É uma realidade prévia ao fato de ser formada, mas, por outro lado, só se manifesta media-

da pelos conteúdos morais que vai recebendo do ambiente. Para ele, somente quando esses conteúdos são assumidos criticamente como convicções interiores é que a consciência moral chega à sua maturidade.

Dáí, desse modo, que a formação moral de uma pessoa passa pela conscientização, enquanto experiência de rupturas com contextos domesticadores. Significa experimentar a história dos efeitos do evento Cristo no desempenho da consciência. A teologia moral, antes no contexto brasileiro, mediada mais pelas ciências sociais, agora é chamada ao diálogo com as outras ciências que compreendem a complexidade de um mundo em constante evolução.

O quinto teólogo moralista, Carlos Josaphat Pinto de Oliveira (2014), frade dominicano e doutor em teologia moral, contribui no alargamento da teologia moral, centrada mais no seu aspecto antes eclesial e agora aberta aos campos da moral social, moral econômica, moral sexual e ética mundial.

Carlos Josaphat (2016), ultimamente, dedicou-se ao diálogo da teologia moral com o pensamento de Tomás de Aquino e Paulo Freire. Dentre as várias contribuições que ele ofereceu à teologia moral, no contexto brasileiro, está a de fazer o diálogo entre o pensamento de Tomás de Aquino e Paulo Freire, incidindo sobre o modo de se fazer teologia moral no Brasil.

Para Carlos Josaphat (2016, p. 5), as grandes teses de um e de outro desses mestres eminentes tomam vulto e se entrelaçam com outros problemas, talvez até recalcados. Passam por cima dos oito séculos e dos milhares de quilômetros que separam Tomás, o napolitano, e Paulo, o nordestino de Pernambuco. Segundo ele, a prosa de frei Tomás de Aquino é trançada de rígidos silogismos, afivelando noções abstratas. Paulo Freire, em fraseado incendiário, escreve como quem fala, forjando *slogans* e criando neologismos, mais uns gestos de quem espalha brasas.

Segundo Carlos Josaphat (2016), a teologia moral se enriquece com a tônica educacional proveniente de ambos. Eles não apenas mobilizam as consciências para uma fraternidade,

mas, acima de tudo, apontam para o grau de transcendência que a pessoa precisa buscar nos seus atos particulares, no seu agir e no seu contínuo ato de se libertar. Urge uma teologia moral mais dialogal, propositiva, argumentativa e menos autoritária. Essa é a sua herança, lendo e revisando esses dois autores que o motivaram a escrever suas obras.

Assim, os cinco teólogos moralistas indicados exprimem grandes contribuições da teologia moral brasileira, no contexto da renovação do Vaticano II e na recepção latino-americana, a partir de Medellín. Uma teologia moral mais histórica, personalista, cristológica e crítica é essencial, enquanto proposta de formação das consciências, para os cristãos e educativa para todas as pessoas em geral.

5 Conclusão

Nos 60 anos do término do Concílio Vaticano II, a reflexão teológico-moral do Brasil emerge como uma resposta inovadora, comprometida e profundamente enraizada na realidade da América Latina. Os teólogos moralistas brasileiros, ao contrário de uma simples absorção passiva do ensino conciliar, foram capazes de interpretar, traduzir e aprofundar as intuições fundamentais do Vaticano II, considerando as necessidades locais, as injustiças históricas e as possibilidades culturais do país.

Ao romper com a rigidez neomanualística e recuperar o primado da consciência, do discernimento e da vida concreta dos fiéis, a teologia moral no Brasil passou a privilegiar um método indutivo-hermenêutico, alimentado pela escuta da Palavra, pela sensibilidade social e pelo compromisso com os pobres. Essa teologia não se isolou nas abstrações normativas, mas se colocou a serviço da prática cristã, dialogando com as ciências humanas, os dilemas éticos contemporâneos e a pluralidade cultural e religiosa, que compõe o tecido social do país.

Ao longo dessas seis décadas, os moralistas brasileiros avançaram em campos como a ética social, bioética, ecologia integral, justiça intergeracional, formação do laicato, ética pública

e inter-religiosidade. Em todos esses setores, notou-se uma fidelidade dinâmica ao espírito conciliar: uma Igreja em saída, mais sinodal, aberta à escuta do mundo e pronta a ser sal da terra e luz do mundo.

No entanto, como indicam os desafios ainda persistentes, como polarizações religiosas, resistências institucionais, tensões entre magistério e pastoral e exclusão de vozes periféricas, a teologia moral brasileira precisa seguir sua trajetória de maturação, dialogando criticamente com os limites da tradição e os clamores do presente. Trata-se de continuar construindo uma moral cristã que una a verdade à misericórdia, a norma ao discernimento e a fé à história.

Celebrar os 60 anos do Vaticano II é, portanto, mais do que recordar um evento: é renovar o compromisso com uma teologia moral viva, pastoral, enraizada no Evangelho e comprometida com a transformação do mundo à luz do Reino. Nesse processo, a contribuição brasileira continua a oferecer um testemunho profético e fecundo, sinal de esperança e fermento de renovação para toda a Igreja universal.

Referências

AGOSTINI, Nilo. *Nova evangelização e opção comunitária: conscientização e movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1990.

ALMEIDA, André Luiz Boccato de. *A teologia da consciência: um diálogo pela educação, formação e humanização a partir de uma reflexão freireana*. São Paulo: Pluralidades, 2024.

ARAGÃO, Diego. Francisco de Vitória (1483-1546) e a Universidade de Salamanca: a simbiótica relação instituição-indivíduo como base para a justificação colonial espanhola nas américas. *Prisma*, Manaus, v. 3, n. 2, p. 129-145, jan. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/prisma/article/view/9100>. Acesso em: 18 set. 2025.

BÖCKLE, Franz. *Moral fundamental*. São Paulo: Loyola, 1981.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. São Paulo: Paulinas, 2011.

CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Optatum Totius*. Petrópolis: Vozes, 1966.

FRECHEIRAS, Marta Luzie de Oliveira. História da teologia moral: uma síntese a partir do Concílio de Trento. *ATeo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 69, p. 94-114, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/59517/59517.PDF>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FUCHS, Josef. *Teologia moral segundo o Concílio*. São Paulo: Herder, 1983.

HAERING, Bernard. *Livres e fiéis em Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos*. São Paulo: Paulinas, 1979.

HAERING, Bernard. *Livres e fiéis em Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

HOEPERS, Ricardo. *Teologia moral no Brasil: um perfil histórico*. Aparecida: Santuário Nacional de Aparecida, 2015.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Veritatis Splendor*. São Paulo: Paulinas, 1993.

JUNGES, José Roque. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais de ética teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

LIBÂNIO, João Batista. *Formação da consciência crítica: subsídios filosófico-culturais*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOSER, Antônio. *Teologia moral: a busca dos fundamentos e princípios para uma vida feliz*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOSER, Antônio; LEERS, Bernardino. *Teologia moral: impasses e alternativas*. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Josaphat Pinto de. *Paradigma teológico de Tomás de Aquino*. São Paulo: Paulus, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Josaphat Pinto de. *Tomás de Aquino e Paulo Freire*. São Paulo: Paulus, 2016.

REJÓN, Francisco Moreno. Moral fundamental en la teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, Ignazio; SOBRINO, Jon (org.). *Mysterium Liberationis: conceptos fundamentales de la teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1990. p. 273-286.

SANTOS, Wagner Augusto Moraes dos. Teologia moral contemporânea: taxonomia e perspectivas. *ATeo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 70, p. 675-696, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61612/61612.PDF>. Acesso em: 17 jun. 2025.

VEREECKE, Louis. Historia de la teologia moral. In: COMPAGNONI, Francesco; PIANA, Giannino; PRIVITERA, Salvatore (org.). *Nuevo diccionario de teologia moral*. Madrid: Paulinas, 1992. p. 562-583.

André Boccato Almeida

Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Università Lateranense (PUL), mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bacharel em Teologia pela Escola Dominicana de Teologia/Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino e professor da Faculdade de Teologia da PUC-SP.

Lucas Raul de Faria

Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico de São Paulo (ITESP). É bolsista do CNPq.

Paulo César Nascimento dos Santos

Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Endereço para correspondência

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Rua Monte Alegre, 984

Perdizes, 05014-901

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.